



**BELEM TEM QU  
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE  
CIRCO**

**DE CORPO  
E ALMA**

# CLIPPING



08 de  
JULHO  
2022

# PASSOU A LÁBIA PREÇO APOS ENGANAR UMA IDOSA

Acusado se passou por advogado e teria  
aprontado com uma procuração feita  
pela vítima, que agiu na inocência

## PREVENTIVA NELE

JR Avelar

Um “esperto” acabou preso por uma equipe de policiais civis da Seccional Urbana de Sacramento, sob o comando do delegado Arthur Nobre, atendendo determinação da justiça por ter enganado de forma vil uma idosa de 82 anos no bairro da Sacramento, em Belém.

Segundo a Diretoria de Polícia Metropolitana, por meio da 1ª Seccional Urbana da Sacramento, Wendel da Silva Sidrin foi preso depois que um mandado expedido pela 5ª Vara Criminal de Belém o acusava de crime de apropriação indébita qualificada contra idoso conforme versa o ar-

tigo 168, inciso III e artigo 102 do Estatuto do Idoso.

Segundo o inquérito policial presidido pela Polícia Civil da Sacramento, uma senhora de 82 anos, precisava realizar levantamento de alvará judicial no valor de R\$ 30.000,00. A vítima foi abordada pelo indiciado, que afirmou ser bacharel em direito e que poderia realizar o levantamento do dinheiro.

Confiando no suposto “advogado”, a idosa passou uma procuração a ele que se apropriou de todo o valor, não repassando nenhuma quantia a vítima que se vendo ludibriada procurou a Seccional Urbana da Sacramento.

O inquérito foi instaurado e no curso das investigações o autor do crime foi identificado e representado pela prisão preventiva sendo que a justiça após verificar o golpe decretou sua pri-



Suspeito é acusado de aplicar um golpe em uma idosa em Belém. FOTO DIVULGAÇÃO

são preventiva que acabou sendo cumprida por policiais civis da Seccional da Sacramento.

Wendel da Silva Sidrin foi

preso e após prestar depoimento foi entregue ao Sistema Penal do Estado e sua prisão comunicada à justiça. Ago-

ra ele vai precisar de um advogado de verdade para interceder e representá-lo nos procedimentos na justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**SEXTA-FEIRA**

**HOMEM É ASSASSINADO NA  
PORTA DE CASA EM BARCARENA**  
PÁGINA 4

Diário do Pará

**POLÍCIA****VOLTA AO 'VENENO'**

# FOI PASSAR A SEMANA SANTA E 'ESQUECEU' DE VOLTAR

**ESCONDIDO**

**U**m foragido da justiça foi recapturado pela Polícia Militar no município de Terra Alta, região do nordeste paraense. A recaptura ocorreu na manhã de quarta-feira (6), por volta das 9h.

A Polícia Militar recebeu uma denúncia anônima de que um foragido da justiça estava escondido numa casa, localizada na rua Central, esquina com a rua Hilário Evangelista, no bairro Centro daquele município. Policiais militares de serviço na viatura 0536 rapidamente foram até o local informado e encontraram o acusado, identificado como Thiago Martins Santos.

Durante consulta no sistema, foi confirmado que Thiago realmente estava na condição de foragido da justiça. Ao ser questionado, Thiago disse que tinha saído da cadeia para passar o feriado de Semana Santa com seus familiares e que resolveu não retornar mais para o presídio.

Thiago Martins Santos foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Terra Alta e, após ser ouvido pelo delegado de plantão, foi recambiado para o presídio para ficar custodiado no regime fechado.



O foragido foi denunciado à polícia, que batou no endereço do acusado e o encontrou. Ele deixou a cadeia na Semana Santa e esqueceu de voltar.  
VOTO DIVULGADA

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# São Geraldo do Araguaia ganha nova sede do Ministério Público

Nova sede vai atender não somente o município de São Geraldo, mas também Piçarra

## DEFESA DA ORDEM JURÍDICA

### Da Redação

O Ministério Público é responsável, perante o Poder Judiciário, pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição (das leis). O órgão do Ministério Público fiscaliza a execução da pena e da medida de segurança.

No último sábado, 2 de julho, o Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr., juntamente com os Subprocuradores-Gerais de Justiça, Eduardo Barleta e Ubiragilda Pimentel, inauguraram a nova sede do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) em São Geraldo do Araguaia. A ida da Comitê da PGJ ao município para a inauguração da nova sede encerra mais etapa do Projeto de Interiorização, que percorreu nesta etapa oito municípios das Regiões Sudeste II e IV.

A Promotoria de Justiça está situada no município de mesmo nome a 710 km da capital Belém e 158 de Marabá no sudeste paraense, às margens do Rio Araguaia e que faz fronteira com o estado de Tocantins, também atende às demandas do município de Piçarra.

"Este é mais um momento em-



blemático para o Ministério Público e também muito significativo para nossa administração, pois é uma obra iniciada nesta gestão, em agosto de 2021, e nós temos o prazer de entregar aos membros do Ministério Público, aos servidores e à sociedade de São Geraldo do Araguaia um prédio bonito, estruturado e que atende às necessidades da população local com carinho e, acima de tudo, com muito respeito", ressaltou o Procurador-Geral de Justiça César Mattar Jr.

Os prefeitos de ambos os municí-

pios se fizeram presentes, Jefferson Oliveira, de São Geraldo do Araguaia, e Laiane Barros, de Piçarra. Além deles, participaram da inauguração o Promotor de Justiça Alan Pierre Rocha, o vereador Edilson Teixeira, de Piçarra; o representante da Defensoria Pública, Mateus Taveira; o Comandante da Polícia Militar, Major Montenegro; além de representantes da OAB Pará e da sociedade civil.

### ESPAÇO DIGNO

A assessora de promotoria

Paula Miyke e a auxiliar de administração Brizanne da Silva Brito manifestaram gratidão ao Procurador-Geral de Justiça por entregar à sociedade e aos servidores um espaço digno para trabalhar, bem como pelos avanços em relação aos direitos dos servidores.

Para a diretora do Departamento de Obras e Manutenção, Márcia Moraes da Costa, "o prédio que o MPPA entrega para a população de São Geraldo do Araguaia vai dotar de melhores condições de trabalho a mem-

bro e servidores para atender a população do município".

Após a inauguração oficial, os membros da Administração Superior e os demais integrantes da comitiva foram guiados pelas servidores locais para conhecer os ambientes da nova edificação de 190 metros quadrados de área construída, com piso em granito, forro modulado antichama, banheiro acessível, gabinete com antessala, recepção, copa, sala de apoio e multiuso, duas vagas de garagem cobertas e sistema de alarme e CFTV.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



VEJA O VÍDEO

## Advogado tentou matar irmã após ver mãe assassinada, diz MP

A Justiça do Pará tornou ré Juliana Giugni pela morte da mãe. O irmão, o advogado Leonardo Felipe Giuni Bahi, continua preso.

🕒 quinta-feira, 07/07/2022, 18:29 - Atualizado em 07/07/2022, 21:59 - 🧑 Autor: DOL com informações de Sancha Luna/RBATV



📷 Juliana Giugni e a mãe, Arlene Giugni da Silva | Arquivo pessoal

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio do Promotor de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Franklin Lobato Prado, ofereceu denúncia criminal no caso do [advogado suspeito de supostamente matar a mãe, Arlene Giugni da Silva, de 64 anos, a facadas](#) e tentar matar a irmã. Porém, nos últimos dias, o caso teve uma grande reviravolta.

A aposentada foi morta a golpes de faca no dia 18 de janeiro desse ano, no edifício Villa Dei Fiore, localizado na travessa Dr. Moraes, no bairro Batista Campos, em Belém. Na época do crime, o filho dela, o advogado Leonardo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Felipe Giuni Bahia, havia confessado ser o autor do assassinato da mãe e da tentativa de homicídio contra a irmã, Juliana Giugni Cavalcante Sobrinho de Melo.

Ele chegou a ser denunciado como autor dos dois crimes e continua preso desde então. Porém, os laudos de exame de corpo de delito apontaram vestígios, predominantemente, da irmã na lâmina da faca de madeira. Com a peça processual, [foi apontado que o assassinato da mãe foi praticado pela irmã](#).

Já na quarta-feira (05), a [Justiça do Pará tornou ré, Juliana Giugni pela morte da mãe](#). Para o Ministério Público, no dia do crime, Felipe travou luta corporal com Juliana e tentou mata-la após saber que ela havia esfaqueado a mãe até a morte.

O Promotor de justiça, Franklin Lobato Prado, fez, ainda, outros esclarecimentos sobre o caso.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



PUBLICIDADE

PRODUTOS IMPRÓPRIOS

## Sem condições sanitárias: MP notifica restaurantes no Combu

Seis estabelecimentos foram flagrados pela Vigilância Sanitária e Ministério Público funcionando em péssimas condições de higiene e com produtos impróprios para o consumo humano.

quarta-feira, 06/07/2022. 12:42 - Atualizado em 06/07/2022. 12:41 - Autor: Com informações do MPPA



Restaurantes da ilha do Combu foram notificados pelo MP. | Fernando Sette/Agência Belém (Arquivo)

A ilha do Combu é um dos pontos de turismo mais badalados de Belém, atualmente. Distante a 5 minutos do continente, na outra margem do rio Guamá, esta região insular possui 33 restaurantes, cujo carro-chefe do cardápio é a culinária regional. Além disso, os empreendimentos proporcionam aos visitantes a experiência de se viver um pouco do que é a Amazônia.

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) notificou seis restaurantes que apresentaram diversas irregularidades, durante fiscalização realizada na última segunda-feira (4).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

### **Algodão e Fortalezinha formam o paraíso na “mãe da terra”**

As principais delas se referem a falta de higiene e descumprimento das regras sanitárias para manipulação e armazenamento de alimentos - alguns já em condição imprópria para consumo humano, segundo o MP.

Os procedimentos administrativos foram abertos pela promotora de Justiça de Defesa do Consumidor Regiane Ozanan.

No mês passado, o Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do Ministério Público (GATI/MPPA) constatou irregularidades, como inadequação da estrutura da área de manipulação de alimentos; inadequação na separação dos resíduos sólidos; falta de capacitação para funcionários que manipulam alimentos; funcionários trabalhando sem carteira de saúde, irregularidades das instalações elétricas; dentre outras.

### **Bangalôs entre a floresta e a praia atraem em Cotijuba**

Os Procedimentos Administrativos também foram instaurados para averiguar se os estabelecimentos possuem licença para funcionamento, com base no relatório técnico da Vigilância Sanitária, expedido no dia 26 de setembro do ano passado.

### **A tradição Tupinambá na gastronomia de Mosqueiro**

Nas diligências, foram designadas audiências judiciais com os responsáveis pelos estabelecimentos. As audiências estão agendadas para os dias 5, 8 e 9 de agosto deste ano, com a presença do Departamento de Vigilância Sanitária (Devisa).

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## Praia de Barcarena: decisão judicial obriga agendamento para circulação de veículos de turismo

A medida foi definida em uma decisão interlocutória da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena



O Liberal

Os **veículos de turismo** deverão realizar um **agendamento prévio** para poder circular nos limites territoriais das [praias de Barcarena](#). A medida foi definida em uma **decisão interlocutória** da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, na tarde desta quarta-feira (6), em que a Justiça julgou procedentes os Embargos de Declaração da prefeitura municipal quanto ao agendamento.

“Cabe ao Poder Público Municipal, nos limites de sua competência, zelar pela segurança social de sua população local, especialmente no período do Verão Amazônico, em que se denota vultuoso aumento de circulação de pessoas em todo litoral paraense”, esclareceu a decisão, acrescentando que a lei é instrumento apto a garantir a segurança e bem-estar social da população local e dos frequentadores das praias deste município.

A decisão é contrária a uma determinação do juiz Álvaro da Silva Sousa que, horas antes, proibiu a exigência de autorização prévia dos veículos de turismo na cidade, sob multa diária de R\$10 mil por dia. A determinação mantinha – conforme previsto na lei municipal 2289/2022 – a cobrança de taxa para uso de estacionamentos definidos pela Prefeitura. Agora, entretanto, a exigência de agendamento prévio para ônibus, micro-ônibus e vans de turismo com destino às praias do município foi julgada procedente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## **Entenda o caso**

No dia 24 de junho foi sancionada a Lei Municipal que definiu a obrigatoriedade do pagamento para acesso, circulação e permanência de veículos de turismo nos limites territoriais das praias do município. Assim, os turistas devem pedir uma autorização com até 15 dias de antecedência à chegada na cidade. Dessa forma, responsáveis por ônibus ou vans deveriam pagar previamente taxas que variam entre R\$ 100 e R\$ 2 mil, dependendo do tipo do automóvel, tempo de permanência e se os passageiros ficarão ou não hospedados no município.

A Secult informou que, até a última semana de junho, foram agendados cerca de 300 ônibus de turismo para as praias do município neste mês de julho, tendo o Caripi como o destino mais procurado.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## PF incinera cerca de duas toneladas de drogas em olaria de Santa Izabel; vídeo

Os entorpecentes foram apreendidos em diversas operações desde 2019 a 2021.



O Liberal

06.07.22 17h46



A [Polícia Federal](#) incinerou cerca de duas toneladas de drogas na manhã desta quarta-feira (6), em uma olaria no município de [Santa Izabel](#), região nordeste do Pará. Os entorpecentes foram apreendidos em diversas operações da PF desde 2019 até 2021.

A [redação integrada de O Liberal](#) solicitou mais informações para a [Polícia](#) sobre a incineração das drogas e aguarda um retorno.

**Apreensão de cocaína em Curuçá**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Cerca de uma tonelada de cocaína foi apreendida pela Polícia Federal (PF) nesta quarta-feira (6), em [Curuçá](#), região nordeste do [Pará](#). A droga estava enterrada em um sítio da cidade. A ação resultou na prisão em flagrante de duas pessoas. Os suspeitos não tiveram os nomes divulgados.

As equipes da PF receberam denúncia anônima dizendo que uma carga de entorpecente estava armazenada em um sítio. Com autorização judicial, equipes da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE) e do Núcleo Especial de Polícia Marítima (Nepom) foram até o local. A Polícia encontrou o local onde a droga estava e a desenterrou. As pessoas que estavam no sítio foram presas.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

### Em Belém, homem que asfixiou companheira até a morte vai a Júri Popular

Ele responderá por feminicídio qualificado



O Liberal

07.07.22 22h45



De acordo com o MP, embora o acusado negue o cometimento do crime, a declaração dele contradiz as demais provas produzidas (O Liberal / Arquivo)

dilon Ribeiro dos Santos vai a Júri Popular pelo crime de **feminicídio qualificado**. Em 27 de dezembro de 2019, ele asfixiou a ex-companheira até a morte. Na denúncia, o **Ministério Público do Pará** entende que o acusado se enquadra no tipo penal por **motivo fútil**, mediante recurso que tornou impossível a defesa da vítima.

De acordo com o MP, embora o acusado negue o cometimento do crime, a declaração dele contradiz as demais provas produzidas, inclusive

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

os depoimentos de testemunhas e do perito, sustentado pela necropsia, procedimento médico que objetiva evidenciar a causa mortis.

Representante do Ministério Público do Estado (MPPA), o promotor de Justiça Franklin Lobato Prado se ampara no artigo 121 ( Matar alguém), do Código Penal , com base nos incisos II, III, IV e VI, o que foi acatado pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que decidiu como procedente a denúncia contra Odilon Ribeiro dos Santos pelo crime de feminicídio qualificado.

A decisão da Justiça, chamada de sentença de pronúncia, reconhece a existência de indícios de um crime doloso contra a vida, em que o acusado pode ser culpado e que, por se tratar de um crime doloso contra a vida, o processo será submetido a julgamento popular e não por um juízo singular.

Os autos do processo seguem para redistribuição para a Vara do Tribunal do Júri. A qualificadora do feminicídio tem caráter objetivo, pois para sua configuração basta que o crime seja cometido contra mulher por razões da condição de sexo feminino, ou seja, que a morte esteja vinculada à violência doméstica e familiar ou ao menosprezo ao gênero feminino.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## Ministério Público instaura procedimentos para vistoriar práticas de higiene em restaurantes da Ilha do Combu, em Belém

Em uma vistoria realizada no dia 19 de junho foram constatadas várias irregularidades.

Por g1 Pará — Belém

07/07/2022 17h16 · Atualizado há 17 horas



Restaurantes da Ilha do Combu, em Belém — Foto: Alessandra Serrão/Arquivo Comus

O Ministério Público do Pará instaurou alguns procedimentos administrativos para acompanhar as práticas higiênico-sanitárias de seis restaurantes da Ilha do Combu. Os procedimentos foram abertos no dia 4 de julho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Além de averiguar as práticas higiênico-sanitárias dos alimentos, os procedimentos administrativos abertos buscam saber se os estabelecimentos possuem licença para funcionar.

Segundo o MP, uma vistoria realizada no dia 19 de junho deste ano constatou as seguintes irregularidades: inadequação da estrutura da área de alimentos; irregularidades das instalações elétricas; inadequação na separação dos resíduos sólidos; falta de capacitação para funcionários; e funcionários trabalhando sem carteira de saúde.

As audiências judiciais com os responsáveis pelos estabelecimentos devem ocorrer nos dias 5, 8 e 9 de agosto. Desde o dia 1º de julho, o Ministério Público vem acompanhando os estabelecimentos da Ilha.

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde de [Belém](#) (Sesma) informou que participou da ação de fiscalização e que continuará nas ações que visam garantir o respeito às normas sanitárias, em prol da saúde pública.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)



Foto: Reprodução/Arquivo Pessoal

## MP afirma que advogado tentou matar irmã após ver mãe assassinada

POR DANIELLE ZUQUIM | 07 DE JUL DE 2022, 20:01

O assassinato da aposentada Arlene Giugni, de 64 anos, dentro do apartamento onde morava com os filhos teve mais uma reviravolta nesta quinta-feira, 7. Segundo o Ministério Público, o filho da aposentada, o advogado Leonardo Felipe Giugni Bahia, teria atacado a irmã, a também advogada Juliana Giugni Cavalcante Sobrinho de Melo, após ela ter matado a mãe.

Inicialmente, Juliana era considerada vítima do irmão, que a teria ferido após matar a mãe em um surto psicótico. Na semana passada, no entanto, na primeira reviravolta do caso, o Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Promotoria de Justiça de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, **acusou Juliana de ser a verdadeira autora do feminicídio contra a mãe.**

Nesta quinta-feira, durante uma entrevista, o promotor Franklin Lobato Prado, deu detalhes do que, segundo o MP, teria acontecido dentro do apartamento no bairro de Batista Campos, em Belém. De acordo com o promotor, Leonardo teria ferido a irmã após ver a mãe morta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## O CASO

Arlene foi encontrada morta no dia 18 de janeiro deste ano, em um apartamento no edifício Villa Dei Fiore, localizado na Travessa Dr. Moraes, no bairro de Batista Campos, em Belém. À época do crime, Leonardo teria confessado a autoria do assassinato da mãe e também da tentativa de homicídio contra a irmã, Juliana.

Leonardo chegou até mesmo a ser acusado como autor dos dois crimes e permanece preso desde então. Novos laudos da perícia, no entanto, mostraram vestígios predominantemente da irmã na lâmina e no cabo de madeira da faca, arma do crime.

Na última quarta-feira, 5, a **Justiça do Pará tornou Juliana ré pela morte da mãe**, mas negou o pedido de prisão preventiva alegando fragilidade dos indícios de autoria.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br